

// OPINIÃO



Nuno Pires

Zelar pelo que é público... ...mantendo identidade!

Recentemente, neste mesmo espaço, fiz algumas referências ao edifício onde realizei o meu percurso escolar, até à 4.ª classe. Desse período, guardo muitas recordações, como, aliás, de todo o percurso escolar. Da minha passagem pela Escola Profissional de Santo António (EPSA), de Izedá, na altura dirigida pelos Salesianos, pelo Liceu Nacional, pelo antigo Colégio S. João de Brito/Escola do Magistério Primário e pela Escola Superior de Educação Bragança. Dos edifícios, da sua funcionalidade, da sua identidade... sobretudo educativa/formativa.

Não obstante as intervenções a que foram sujeitos, quer o edifício do antigo Liceu Nacional de Bragança, agora Escola Emídio Garcia, quer o do Colégio S. de Brito, continuam a ser referências positivas, tanto no que toca à relação com o passado, como na serventia do presente. O mesmo já não se pode dizer, do edifício da antiga EPSA, agora “adaptado” a Estabelecimento Prisional, ou mesmo da “minha” Escola Primária. Quanto à atual utilização das instalações da EPSA, por razões profissionais, não vou comentar.

Atualmente, o mesmo já não vou fazer em relação ao edifício da antiga Escola Primária de Frieira, que apenas serve de pretexto para me referir aos inúmeros edifícios públicos abandonados... maltratados... adulterados... que já nem sequer revelam o mínimo de identidade com o passado.

Decorrente do encerramento de muitas escolas, da desativação das casas florestais e de outras infraestruturas do estado, ou mesmo dos municípios, não esquecendo da CP, tornou-se insustentavelmente natural, serem os imóveis concessionados, ou doados a associações, juntas de freguesia... enfim, a organiza-

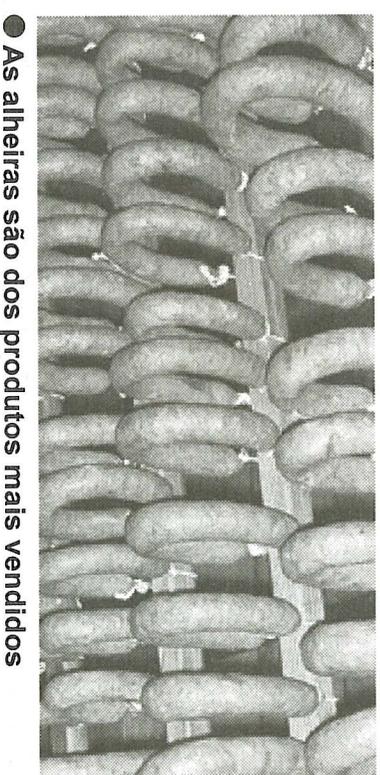
ções de caráter cívico. Até aqui, muito bem. Não só concordo, como aplaudo a ideia, até porque percebido, nalguns casos, o quanto difícil se torna a manutenção de um edifício público sem que o mesmo sofra as consequências da sua não utilização, dos efeitos do abandono, ou da furtiva dos malfetores. Porém, não me parece que esteja a ser devidamente acatada a preservação e o destino desse património público, sobretudo quando a sua utilização passa a ser bem diferente do original, nem mesmo a salvaguardado o respetivo mobiliário e outro material educativo/pedagógico, processos reveladores da inexistência da cultura da responsabilidade social da utilização do que foi construído e adquirido com o dinheiro dos contribuintes. Daquelas que contribuem para o erário público, claro.

Nestes processos de concessão/doação/utilização, em primeiro lugar, deve ponderar-se, seriamente, a finalidade que vai ser destinada os imóveis, tendo em conta a relação com o passado e preservando, na medida do possível, a identidade no presente. Não se pode admitir que se faça uso de determinados bens públicos, procedendo as intervenções sem o mínimo respeito pelas regras instituídas, que adulteram todo o significado e a arquitetura do conjunto e do meio, nem, tão pouco, pelo brio profissional e pela mestria dos trabalhadores/artistas que outrora os edificaram. Um país onde a crise financeira é confrangedora, não de pode dar ao luxo de permitir que sejam realizados autênticos atentados ao património existente, à arquitetura tradicional e ao ambiente local, muitas vezes, caucionados com o “fechar de olhos” de quem tem obrigação de aconselhar/companhar e exercer a fiscalização no âmbito das recuperações/alterações do património nacional, cuja matriz deve ser tida em conta de forma responsável e racional.

Por isso mesmo, não posso esconder a minha tristeza e profunda indignação, quando vejo, por exemplo, uma antiga escola primária sujeita a intervenções que descaracterizam a edificação, sem respeito pelo passado e, muito menos, pela legislação.

// Economia

Produtos DOP cada vez mais valorizados impulsionam a economia regional



Direitos Reservados

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) 2014-2020 prevê mais verbas para os chamados produtos DOP (Denominação de Origem Protegida). O diretor regional de Agricultura, Manuel Cardoso, defende que nesta matéria “haverá que dar um salto para o futuro, compreender que os produtos DOP são importantes e tão mais importantes quanto maior a escala de quem os produzir”. Para tal será importante que haja, mais organização em cada sector e em cada um, nomeadamente com a fusão de entidades e com a constituição de DOP (Organizações de Produtores) modernas, jovens, voltadas para o mercado nacional e para a exportação. “O PDR 2014-2020 incentiva imenso isso, tem dinheiro para apoiar isso e nós, no Norte e em especial no interior, devemos agarrar esta oportunidade com unhas e dentes. Podemos e devemos criar postos de trabalho”, referiu. Também defende que é preciso “trabalhar os produtos DOP, na sua produção, marketing e comercialização; será uma forma real e palpável de criarmos riqueza e combatermos o despovoamento”.

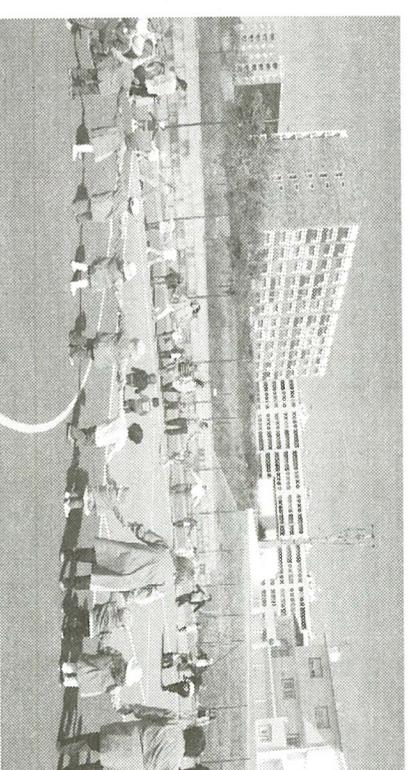
// Bragança

Crianças e idosos juntos no Dia da Família na Obra Social Padre Miguel

A Obra Social Padre Miguel, em Bragança, assinalou o Dia da Família, na passada quinta-feira, promovendo um convívio entre os idosos e crianças da instituição, e ainda com a participação dos alunos de cinco anos do pré-escolar do Centro Escolar de Santa Maria. “É uma festinha para todos. Nós procuramos que aqui na Obra Social exista uma grande família”, explicou Nuno Álvaro Vaz, presidente da instituição pariticular de solidariedade social. O encontro juntou cerca de meia centena de crianças e 20 idosos.

Sandra Brás, diretora de serviços da Obra Social, explicou que o intercâmbio foi proposto pelo centro escolar. “Ficamos muito satisfeitos com o convite. Vieram conhecer as instalações e os nossos utens. É um encontro agradável de gerações”, referiu. O encontro intergeracional agradou a todas as idades.

■ Glória Lopes



Glória Lopes